

Crise e capital

NELSON PRADO ALVES PINTO*

Introdução

Ainda que se admita a inviabilidade de tentar sumariar ou mesmo de classificar a imensa – e crescente – literatura que versa sobre a turbulência econômica dos últimos dezoito meses, parece possível identificar pelo menos um dos elementos que a caracteriza em termos gerais: sua ênfase na dimensão financeira. Trata-se, com poucas exceções, de atribuir e circunscrever as causas dessa recessão a um desdobramento de origem determinada: a euforia – ou a especulação – do setor imobiliário norte-americano associada à falta de controles institucionais que impedissem sua propagação. Embora esse enfoque seja compreensível nos termos de uma teoria que pretenda um capitalismo de crescimento ininterrupto, ele parece pouco consistente com as evidências empíricas de médio e longo prazo. Ou seja, com os seguidos altos e baixos que têm caracterizado praticamente todas as economias capitalistas até o presente momento.¹

Em contrapartida, uma interpretação marxista dessa mesma realidade é não apenas mais compatível com essa evolução histórica – oscilante e atribulada – como é objetivamente menos comprometida com seu viés reformista. Convém lembrar que Marx negou, enfaticamente, a hipótese de que a acumulação de capital pudesse se desenvolver de forma contínua ou regular – ou até mesmo que pudesse se perpetuar. Vale dizer que há boas razões para que se reexaminem os fundamentos

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

1 Para ficar em uma ilustração empírica convencional, ver o *IMF World Economic Outlook*, Washington: International Monetary Fund, abril de 2009; especialmente p.98-117.

dessa interpretação. Trata-se, afinal, de ampliar o debate para além das questões mais imediatas e instrumentais – como a recuperação das instituições bancárias, o restabelecimento do crédito ou o aperfeiçoamento da regulação financeira.

Em tal sentido, pode ser útil fazer um esforço para retornar às considerações tão remotas quanto aquelas formuladas por Marx – há quase 150 anos – ao tratar do caráter anárquico da produção mercantil, logo ao iniciar sua análise sobre a mercadoria, o valor e a gênese do dinheiro. Sem pretender uma reconstrução sistemática dessa argumentação, lembro que a sua própria definição de mercadoria deriva não do *mercado*, mas da independência dos produtores especializados. “*Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros.*”²

Mais adiante, ao apontar a possibilidade da crise, Marx distingue a circulação simples de sua forma desenvolvida – a circulação do capital – para frisar que, embora a crise deite raízes na independência dos produtores, ela só se materializa à medida que a produção se processa sob o domínio do capital.³ E aí há dois nexos que me parecem particularmente relevantes. O primeiro diz respeito ao aprofundamento da relação mercantil e de sua inexorável evolução na direção de uma relação capitalista. Ou seja, a reificação das pessoas e a personificação da coisa – no mundo mercantil – nos conduzem, necessariamente, ao assalariamento e à sujeição ao capital. Pode-se dizer que, quando a sociabilidade é intermediada pela coisa-mercadoria, a competição entre os indivíduos torna-se o mote dominante dessa forma de organização social. E nessa disputa não há colaboração ou equilíbrio possível, apenas ganhadores e perdedores. Por um lado, capitalistas vencedores e, por outro, a maioria da sociedade, constituída por assalariados e, eventualmente, por capitalistas derrotados.

O segundo aspecto (entre os diversos outros sugeridos pelas passagens em questão) trata do caráter monetário de uma sociedade mercantil. Mesmo uma leitura superficial do capítulo em que Marx trata desse processo,⁴ não poderia deixar de reconhecer o aspecto contraditório da crescente divisão do trabalho associada à progressiva independência dos produtores privados. A gênese do dinheiro como desdobramento dessa tensão e, por consequência, como expressão do valor em uma sociedade mercantil é ali apresentada em suas múltiplas dimensões. Essa nova realidade – o mundo mercantil-monetário – transforma-se no campo, senão da crise, pelo menos naquele do desencontro. Oferta e demanda não são naturalmente sincronizadas, e valores e preços nem sempre coincidem. Os desacertos são inevitáveis, embora hipoteticamente contornáveis; hábitos e rotinas poderiam, talvez, condicionar um processo decisório consistente mesmo que lhe faltasse uma coordenação central.

2 K. Marx. *O capital*, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 2.ed. 1985(1982), v.1, t.1, p.71 (Col. Os Economistas). (grifos meus)

3 Ibidem, p.100.

4 Ibidem, p.45, Cap. I “A mercadoria”.

Crise capitalista

O trânsito para uma economia capitalista, no entanto, modifica o estatuto dessa questão. Aí as decisões de produção são informadas não pela expressão monetária (trabalho abstrato) das diversas mercadorias, mas por um complexo de relações que tem na apropriação da mais-valia seu fundamento e objetivo final. Trata-se de uma relação entre duas diferentes magnitudes que Marx denomina de preços de custo (a soma dos gastos com o capital constante e com o capital variável) e preços de produção (custos totais ponderados pela taxa média de lucro). Neste caso, a impossibilidade do equilíbrio deriva do caráter essencialmente contraditório de um processo que é, ao mesmo tempo, valorização da riqueza privada (busca do lucro) e produção de valores de uso (reprodução material). Pode-se dizer que se a necessidade (uso) constitui uma orientação e um limite para a produção no mundo mercantil, a acumulação de riqueza abstrata – que domina a sociedade capitalista – não encontra essa mesma restrição.⁵

E aqui, talvez, convenha fazer uma brevíssima digressão que lembre o método empregado por Marx em sua exposição dos esquemas de reprodução ao longo do segundo volume d’*O capital*. Ao apresentar as condições necessárias para que o capital se reproduza – ou seja, para que a relação social denominada *capital* se reproduza – o autor abstrai, didaticamente, das condições que obstaríam essa reprodução. Isso não significa, no entanto – como se pode inferir do sentido geral da análise –, que ele preconize a possibilidade de uma acumulação contínua e equilibrada, mas apenas que abstrai daquelas dificuldades para realçar as relações de interdependência que se impõem em um sistema capitalista de produção.

Isto se aplica igualmente à caracterização da contradição entre o processo de valorização e o de produção. Nesse aspecto, Marx inicia a análise apontando para a crescente composição orgânica do capital – a relação entre o valor do capital constante (os dispêndios em edificações, máquinas, matérias-primas, energia etc.) e o valor do capital variável (gastos com a mão de obra) – como fundamento dessa tendência contraditória, para, em um momento subsequente, abordar os fenômenos que a contrabalançam.⁶ E aqui reside um dos aspectos notáveis de sua análise: a capacidade de apresentar a essência de um movimento que explica, com extremo realismo, a dinâmica irregular e atribulada de uma economia capitalista. Em síntese, Marx chama a atenção para o descompasso entre a velocidade com que cresce a massa de riqueza privada e aquela com que se expande a capacidade de geração de mais-valia (trabalho produtivo não remunerado) para valorizar esse estoque aumentado. Trata-se do desdobramento inexorável de um processo em

5 Sobre o caráter de uma produção pautada pela demanda no capitalismo incipiente e induzida pela oferta na sua fase mais madura, ver Henryk Grossmann. *Marx, l'économie politique classique et le problème de la dynamique*. Paris: Editions Champ Libre, 1975, p.154.

6 Ver H. Grossmann. *The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System*. Londres: Pluto Press, 1992, especialmente o Cap. 3, “Modifying Countertendencies”, p.130.

que a corrida pela maximização do lucro⁷ impõe uma elevação da produtividade do trabalho que tende a reduzir a participação relativa da mão de obra (trabalho vivo) na produção. Vale dizer que, quando o capitalista singular introduz uma inovação poupadora de mão de obra, ele reduz seus custos e eleva os ganhos individuais ao mesmo tempo em que restringe, em termos relativos, a base social de onde se origina esse mesmo lucro (mais-valia).⁸

Mas o capital é uma relação que pressupõe, de um lado, a ampliação da riqueza apropriada pela classe capitalista e, por outro, a perpetuação da classe trabalhadora. À medida que essa contradição freia ou mesmo impede o aumento da riqueza privada, essa relação não se reproduz e mergulha a economia numa crise. Ou seja, em uma situação em que se desacelera o ritmo da produção – em razão do declínio da valorização – e se reduz o nível de emprego e dos salários. A crise é sempre, portanto, do *capital* como relação social e não da produção ou da circulação em si. Não há produção em excesso ou insuficiência de demanda mas, antes, riqueza que já não consegue se valorizar no ritmo considerado adequado. Assim é que sua superação depende, necessariamente, da recomposição das condições de valorização preexistentes. Ou seja, de uma elevação da massa de mais-valia (lucro) e/ou de uma redução do estoque de riqueza a ser valorizado. Embora isso possa parecer trivial nesse grau de generalidade, o exame das condições concretas em que esse processo se desenvolve pode dar origem a interpretações que se afastam dessas determinações essenciais.

Em tal sentido, a crise em curso deve ser examinada nos termos do esgotamento de um período prolongado de crescimento econômico (valorização da riqueza privada)⁹ cuja manifestação inicial – as atribulações do crédito imobiliário norte-americano – está longe de indicar sua natureza objetiva. Ela apenas sinaliza um descompasso econômico cuja expressão assume a forma de desvalorização de determinados haveres financeiros. A propagação desordenada desse descompasso através das relações de interdependência que caracterizam o sistema financeiro contemporâneo só se materializou à medida que refletiu os obstáculos já presentes no desenvolvimento anterior.

7 Que nada mais é senão a mais-valia renomeada e redistribuída.

8 Ver: H. Grossmann. 1992, especialmente o Cap. 2 “The Law of Capitalist Breakdown” e o Cap. 3 “Modifying Countertendencies”; P. Mattick. *Marx and Keynes*. Londres: Merlin Press, 1971 (1969), especialmente o Cap. IX “Capitalism in Crisis”; D. S.Yaffe. “The Marxian Theory of Crisis, Capital and the State”. *Economy and Society*. Londres: Routledge & Kegan Paul, v.2, n.2, May 1973, p.186-232, especialmente as p.193-207; e I. Kuhn. “Economic Crisis, Henryk Grossman and the Responsibility of Socialists”. *Historical Materialism*. Londres: s. e., n.17, 2009, p.3-34, especialmente as p.4-8.

9 Ao longo dos quatro anos até o verão de 2007 a economia mundial expandiu-se aceleradamente. O produto bruto mundial cresceu a uma taxa média de 5% ao ano, a mais alta taxa sustentada desde o início dos anos de 1970. *IMF World Economic Outlook*. Washington: International Monetary Fund, out. 2008, p.1.

Capital financeiro

E aqui convém definir, com certo cuidado, aquilo que se está qualificando como financeiro ou como haveres financeiros. Por um lado, o setor financeiro compreende as entidades e as organizações como bancos comerciais, bancos de investimento, bancos centrais, câmaras de compensação, empresas de crédito, casas de câmbio, corretoras, bolsas de valores etc., que prestam serviços variados de natureza financeira. Por outro, o capital financeiro, propriamente dito, constitui a fração da riqueza privada que se materializa em ações, títulos de dívida, fundos de investimento, debêntures etc., de liquidez imediata.¹⁰ Ou seja, corresponde apenas àquela parcela dos títulos que são negociáveis em mercados regulares, nos termos daquilo que Hilferding qualifica como capital financeiro.¹¹ Nesse caso, um banqueiro (proprietário das ações, das cotas ou do título de propriedade de um banco) não se confunde com um capitalista financeiro a menos que sua riqueza esteja materializada em ações regularmente negociadas num pregão público.

Dessas definições se pode concluir que um setor financeiro bem desenvolvido não corresponde, necessariamente, a uma economia fortemente financeirizada. É possível constituir um setor bancário moderno e sofisticado – parte importante do setor financeiro – sem que isso implique um alto grau de financeirização. Isso é particularmente observável em situações em que a atividade econômica é comandada por empreendimentos familiares, por entidades controladas pelo Estado, por empresas ou capitalistas estrangeiros ou por certa combinação desses três elementos.

A relevância dessas características é quase intuitiva: o impacto e a velocidade com que as atribuições de uma economia capitalista afetam a composição da riqueza privada – e, portanto, o comando sobre as atividades econômicas – são fortemente influenciados pelo seu grau de financeirização. Vale dizer que a crise em uma economia financeirizada se manifesta, quase imediatamente, pela redução do valor dos ativos financeiros não por ter “origem” no setor financeiro, mas por ser esta a forma de riqueza a ser desvalorizada.¹² Meios de produção – tangíveis e intangíveis – não são cotados em pregões públicos (com algumas exceções no caso das matérias-primas e dos insumos homogêneos) e cada vez menos integram os haveres dos capitalistas individuais. A contração no estoque de riqueza necessária para restabelecer uma taxa de lucro em níveis aceitáveis – como sugerido

10 Essa linha de raciocínio está desenvolvida, em detalhes, em outro artigo: Nelson Prado A. Pinto. “O capitalismo financeiro”. *Crítica Marxista*. São Paulo: Xamã VM, v.5,1997, p.9-26.

11 R. Hilferding. *Finance Capital: A Study of the Latest Phase of Capitalist Development*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981, p.225.

12 Com respeito à crescente participação dos títulos em geral (ações, debêntures, fundos de investimento etc.) na riqueza privada nos Estados Unidos e sua extraordinária concentração nas mãos dos indivíduos de mais alta riqueza/renda, ver Edward N. Wolff. Changes in Household Wealth in the 1980s and 1990s in the United States. *International Perspectives in Household Wealth*. Edward N. Wolff. (Ed.). Cheltenham, Inglaterra: Edward Elgar Publishing, 2006, especialmente as p.118-9 e as tabelas 4.4 (p.119) e 4.5 (p.121).

por Marx/Grossman – só pode se processar pela desvalorização desses títulos. Uma ilustração desse fenômeno é o contraste entre a soma dos valores das ações cotadas nas principais bolsas em operação no fim de 2007 (US\$ 60,8 trilhões) e no fim de 2008 (US\$ 32,5 trilhões); volatilizaram-se pouco mais de US\$ 28,3 trilhões no espaço de doze meses (46,5%).¹³

Em tal situação, a queda dos preços dos haveres não financeiros – tangíveis e intangíveis, tais como máquinas, equipamentos, matérias-primas, marcas, patentes, direitos de exploração etc. – é o resultado e não a causa desse processo. Ela reflete a reordenação dos fluxos de investimento e, portanto, a realocação dos recursos produtivos nas direções compatíveis com as novas perspectivas de valorização.

A construção dessas novas perspectivas, no entanto, não está garantida de antemão, nem ocorre em prazo ou ritmo determinado. Pelo contrário, é produto de um penoso processo de tentativa e erro em um contexto de flagrante anarquia e interdependência generalizados. Pode, até mesmo, significar a imobilização de parcelas significativas desses recursos privados sob a forma de moeda ou de quase moeda (títulos de dívida pública de baixo risco e liquidez imediata) por longo termo. Nesse contexto, não há como assegurar que venha a ocorrer na velocidade necessária à preservação da forma capitalista; isto é, garantindo a reprodução da classe assalariada e a restauração das taxas de lucro em níveis aceitáveis. Quão mais profunda e internacionalizada for a divisão do trabalho e mais completa for a financeirização da riqueza privada, mais improvável se torna a possibilidade de que essa recomposição ocorra sem o arbítrio do Estado. Ou seja, sem o concurso de uma instância que imponha as perdas (desvalorização do capital) segundo critérios que transcendam a (desordenada) competição estritamente capitalista.¹⁴

Nesse sentido, o caráter conservador dessa ação, na atual crise, tem-se manifestado já na seleção da unidade de análise usada por seus proponentes. A empresa (General Motors, Citibank, Chrysler etc.) tornou-se o foco central do debate acerca da política econômica a ser adotada. Propaga-se a falsa ideia de que a preservação da produção de automóveis ou dos serviços bancários – e dos respectivos empregos – exige a perpetuação da GM ou do Citibank. Confunde-se aí a atividade econômica – o provimento de bens e serviços – com a forma capitalista pela qual esse bem é suprido. Ao se sustentar a empresa capitalista, salvaguardam-se seus fornecedores, seus credores, seus acionistas e também, evidentemente, seus trabalhadores. Estes últimos, no entanto, podem se transferir para um novo estabelecimento que produza automóveis ao passo que aqueles (credores, acionistas, debenturistas, fornecedores etc.) têm seus haveres comprometidos (contratualmente) com uma organização específica.

13 World Federation of Exchanges. *Annual Report and Statistics, 2009*; em <http://www.world-exchanges.org/files/statistics/excel/EQUITY108.xls>. Acesso em: 23 jun. 2009.

14 Embora esteja ciente de que os favores e benefícios de governo integram o âmbito da disputa capitalista, não é este o espaço adequado para desenvolver ou sugerir as linhas gerais dessa articulação.

Trata-se de uma construção teórica na qual a fetichização da empresa desempenha um papel ideológico importante, uma vez que transmite a falsa impressão de que a empresa transcende suas determinações históricas para se transformar em um instrumento de produção estritamente técnico, atemporal. Ou seja, transmite a ilusão de que a divisão social do trabalho requer formas de organização da produção análogas – ou idênticas – àquelas prevalecentes no mundo capitalista. Levada a seu extremo, essa concepção sugere que a “firma” pode servir, indistintamente, à sua administração/gerência, ao trabalhador, ao capitalista ou à sociedade, em geral, mediante a imposição externa de normas que fixem remunerações “justas” para seus executivos, salários “dignos” para seus operários, dividendos “adequados” para seus acionistas e tributos “equilibrados” para o Estado, independentemente de sua forma organizativa. Nada poderia estar mais distante da realidade de um sistema em que o comando sobre essas firmas repousa nas mãos de seus verdadeiros senhores: os capitalistas. À gerência cabe o controle sobre os recursos produtivos, mas aos capitalistas corresponde o comando sobre o capital (valor em processo de valorização, materializado sob a forma de títulos, ações, debêntures etc.). A hipótese de que se possa subverter essa relação equivale à sugestão de que se possa suspender o domínio do capital.

Capital fictício

Neste particular, o contraponto entre as empresas financeiras e os empreendimentos produtivos desempenha um papel importante nessa fetichização, pois confunde a produção de valores de uso – que prescinde de bolsas, corretoras, derivativos, bancos etc. – com a valorização da riqueza privada – cuja dinâmica incerta e contraditória impõe os serviços desse setor financeiro. Quando Marx afirma que a ação ou a debênture constitui um capital fictício (a capitalização de um rendimento futuro) está apenas distinguindo os instrumentos de valorização da riqueza privada que contribuem para o esforço produtivo (máquinas, equipamentos, edificações) – e de onde se origina a mais valia – daqueles que derivam da forma especificamente capitalista com que essa produção se organiza. A ação ou a debênture não tem lugar numa sociedade não capitalista e, portanto, nada acrescentam às forças produtivas sociais. Ele aí insiste em uma crítica já apresentada em relação aos “falsos custos” mencionados no segundo volume – os custos de circulação que derivam da falta de coordenação da produção.¹⁵

Em uma sociedade capitalista, no entanto, esses falsos custos (a propaganda, por exemplo) e o capital fictício (as ações) são palpáveis e reais. É a capitalização dos rendimentos futuros – expressa na cotação da ação ou no preço de um título de dívida – que define o estoque de riqueza e a fração da mais-valia que cabe a cada capitalista. Pouco importa ao capitalista singular que seu ganho seja prove-

15 K. Marx. *O capital*, Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 2.ed., 1985(1984), v.III, p.95ss. (Col. Os Economistas).

niente da redistribuição da riqueza existente ou da criação de novos valores. Na realidade, a disputa pela mais-valia muda de campo e se transfere para o âmbito financeiro.¹⁶ Numa ilustração mais direta: os acionistas da IBM não se tornam mais ricos quando a empresa apresenta lucro, mas apenas quando esse resultado se traduz em elevação da cotação dessa ação – ou na distribuição de dividendos.

O complexo das relações que se estabelecem entre os detentores desses diversos papéis (que incluem desde ações até títulos de dívida, derivativos, opções a termo etc.) reflete a complexidade dessa nova arena capitalista. Retomando um exemplo concreto, pode-se dizer que o sucesso da nova coleção outono-inverno apresentada por uma casa de moda em Paris depende da combatividade dos sindicatos de trabalhadores da indústria têxtil no Lesoto, da cotação do algodão na Bolsa de Chicago, das relações de câmbio entre as moedas envolvidas, da oscilação dos juros nos contratos de empréstimos que financiaram a produção etc. Não é difícil concluir que derivativos e contratos futuros constituem uma imposição inevitável e permanente dessa realidade na qual a contraparte é sempre um elemento “especulativo”.

Em tal sentido, é interessante observar como essa parafernália financeira pode ser responsabilizada por uma crise cuja origem decorre do desenvolvimento contraditório do próprio capitalismo; ou seja, ela reflete, ao mesmo tempo, o sucesso e o fracasso desse sistema.

16 Isto não deveria surpreender os leitores mais atentos de Marx: “O capitalista que produz a mais-valia, isto é, extrai trabalho não pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, na verdade, o primeiro apropriador, mas de modo algum, o último proprietário dessa mais-valia”; Marx, 1985, t.2, p.151.

PINTO, Nelson Prado Alves. Crise e capital. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.29, 2009, p.33-40.

Palavras-chave: Capitalismo contemporâneo; Capital financeiro; Crise Econômica; Ciclo econômico.